

HOBBSAWM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras.

Renan Holanda

Graduando do curso de jornalismo UNICAP

O século XX encanta o historiador Eric Hobsbawm e não há quem duvide. Natural de Alexandria, no Egito, mas radicado em países como Áustria, Alemanha e Inglaterra – principalmente neste último, onde lecionou, até se aposentar, no *Birkbeck College* da Universidade de Londres –, esse crítico impiedoso do governo dos Estados Unidos esmiúça, na sua mais recente obra, ainda mais os principais temas dos últimos 100 anos e traça, sem muito otimismo, o cenário para os próximos.

“Globalização, Democracia e Terrorismo” é, antes de tudo, um prognóstico assaz pessimista – e realista – acerca do que nos aguarda neste recente século XXI. Trata-se de uma compilação de dez palestras e conferências proferidas pelo marxista, onde ele trata de diversos assuntos sempre recorrentes na agenda internacional. Logo nas primeiras páginas do livro, Hobsbawm, apesar de caminhar na contramão da maioria dos analistas, reconhece o século passado como o mais mortífero de toda a história, e realmente não há como negar tal fato. Entretanto, o ponto de inflexão na perspectiva do autor se dá, exatamente, no fato de que, para ele, “o mundo como um todo não teve paz desde 1914 e não está em paz agora” (HOBBSAWM, 2007, p. 22). Uma afirmação bastante árida em tempos de pleno otimismo global.

Na busca por melhor sistematizar o recente período, o historiador o divide em três fases: (I) a era da guerra mundial, centrada na Alemanha, de 1914 a 1945; (II) a era da confrontação entre as duas superpotências, de 45 a 89¹; e (III) a era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional. Na visão de Hobsbawm, as guerras, no presente século, são de uma natureza completamente diferente do que se observou outrora. Agora, as operações armadas não estão, necessariamente, sob o comando dos governos ou dos seus agentes autorizados, e cada lado do campo de batalha não

tem outro objetivo em comum além da vontade de utilizar a violência. Ou seja, em síntese, os conflitos de hoje não são mais travados por países e sim por alguns grupos bem individualizados nos seus objetivos (étnicos, guerrilheiros, separatistas, etc).

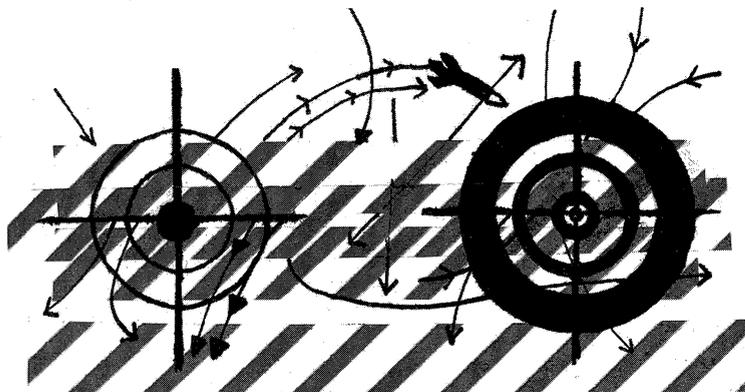
As necessidades de se formalizar os trâmites, por assim dizer, de um conflito e tornar claros os limites de um enfrentamento, acordados nas Convenções de Haia, não fazem mais nenhum sentido. Num cenário de confusão total, como num grande quebra-cabeça embaralhado sobre a mesa, não se consegue distinguir sequer a guerra e a paz. A própria Segunda Guerra começou sem declarações e acabou sem tratados. A Guerra Fria, então, foi assim denominada em decorrência da dificuldade de classificar tal período. Em seguida, tem-se os conflitos no Oriente Médio que, da mesma forma, não encontra consenso entre os estudiosos: É guerra? É paz? A única certeza, e aí não restam dúvidas, é que, até agora, não há vencedores (característica mor de uma guerra, segundo Bobbio).

Hobsbawm aponta vários fatores para tamanho caos na arena global e, entre eles, está a ausência de uma autoridade global capaz de controlar as disputas, armadas ou não, entre os Estados. No estudo das Relações Internacionais, define-se esse quadro através do conceito de *Anarquia Internacional*². Em coro com o historiador, o próprio Bobbio, em vários dos seus artigos, também parte em defesa do que ele chama de “o terceiro ausente”. Nas palavras de Hobsbawm,

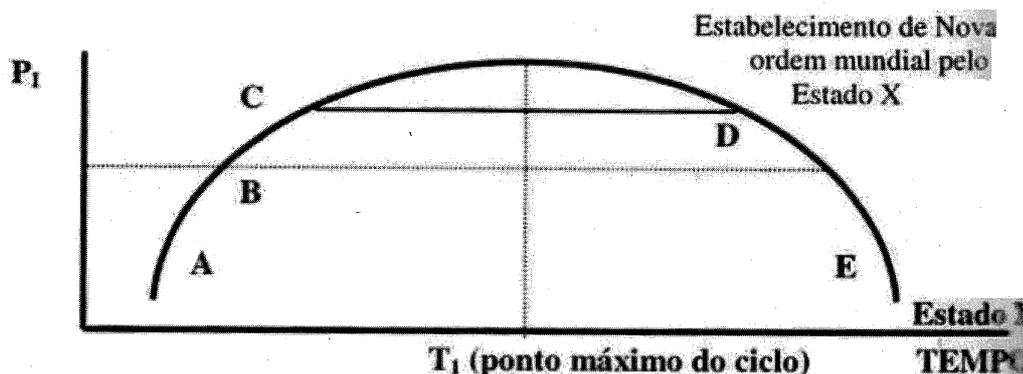
“A globalização avançou em quase todos os aspectos — econômico, tecnológico, cultural, até lingüístico —, menos um: do ponto de vista político e militar, os Estados territoriais continuam a ser as únicas autoridades efetivas. Existem oficialmente cerca de duzentos países, mas na

¹ A bem da verdade, cabe ressaltar, que o enfrentamento direto se deu por meio de terceiros, após as alianças de circunstância para eliminar os inimigos em comum (nazismo, fascismo e militarismo nipônico), como observa Seitenfus (2004).

² “A anarquia é o conceito definidor do realismo nas relações internacionais. O que se entende por anarquia não é propriamente o caos, mas sim a ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar as regras, interpretá-las, implementá-las e castigar quem não as obedece” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.26)



Relação da hegemonia e ordem mundial nas Relações Internacionais (Os ciclos hegemônicos da política internacional)



prática apenas um punhado deles pesa na balança, e há um, os Estados Unidos, que é esmagadoramente mais poderoso do que os demais. Contudo, nunca nenhum país ou império foi grande, rico ou poderoso o bastante para manter a hegemonia sobre o mundo político e muito menos para estabelecer a supremacia política e militar sobre todo o planeta” (HOBSBAWM, 2007, p.28-29).

Como fica claro na postura marxista do autor, o ciclo hegemônico norte-americano está com os dias contados. Aos poucos, a imposição unilateral cede espaços às negociações e a intolerância global frente aos posicionamentos adotados pelo governo Bush segue atijando, cada vez mais, uma opinião pública sempre exigente.

Uma análise bastante perspicaz sobre os ciclos hegemônicos de um determinado Estado é encontrada em Castro (2007, p. 60), sob o prisma de um gráfico, transcrito abaixo.

A figura mostra os cinco períodos de uma potência hegemônica: crescimento (A), ascensão (B), estabilização (C), declínio (D) e falência ou extinção (E)³. No momento, Hobsbawm da a entender que os Estados Unidos estariam em ‘D’, abrindo espaço para o surgimento de novos atores relevantes em escala global. No momento, temos a União Européia e alguns emergentes, principalmente os do bloco asiático, despontando como os mais preparados candidatos ao cargo de uma possível hegemonia partilhada⁴.

Sobre as mudanças sociais protagonizadas, principalmente, no último quarto do século passado, o historiador elenca várias (transformações educacionais, tecnológicas, urbanização, expectativa de vida, etc) e elege uma principal: a emancipação da mulher. No cerne dessa reviravolta, encontram-se elementos nítidos de um processo de erosão do aparato estatal. Nem mesmo o monopólio do poder e os meios de coerção podem ser observados, *per se*, como um instrumento exclusivo do Estado. Na economia, área mais sensível às transformações provenientes do fenômeno da globalização, temos um

setor privado cada vez mais atuante em assuntos da esfera pública.

Na ótica de Hobsbawm, “a tendência se reverteu” à medida que o Estado passa a transferir competências, seja para o mercado, seja para as unidades subnacionais.

“Temos uma economia mundial em rápida globalização, baseada em empresas privadas transnacionais que se esforçam ao máximo para viver fora do alcance das leis e dos impostos do Estado, o que limita fortemente a capacidade dos governos, mesmo os mais poderosos, de controlar as economias nacionais. Com efeito, graças à prevalência da teologia do mercado livre, os Estados estão, na verdade, abandonando muitas das suas atividades diretas tradicionais — serviços postais, polícia, prisões e mesmo setores importantes das Forças Armadas — em favor de empresas privadas com fins lucrativos.” (HOBSBAWM, 2007, p.41)

Na era de uma globalização dramaticamente acelerada, os limites impostos pelo espaço-tempo já não constituem, sozinhos, um obstáculo para a acentuação das crescentes reviravoltas sofridas pelo nosso planeta. Nessa conjuntura caracterizada pelo desequilíbrio, tão açoitado pela literatura econômica, espera-se mais compreensão por parte das superpotências que, certamente, emergirão após a poeira baixar. Aliás, vale ressaltar a explícita obsessão de Hobsbawm com alguns temas, dentre os quais, a hegemonia dos Estados Unidos, a guerra, a paz e o fim dos impérios.

Para o historiador, a era dos impérios chegou ao fim e, até agora, não se tem nada de efetivo em seu lugar. O número de Estados praticamente quadruplicou, na medida em que os mesmos perderam a capacidade de exercer funções essenciais, constituindo-se um verdadeiro paradoxo. Nas análises do autor, o ponto central do quebra-cabeça é: como organizar o mundo globalizado no século XXI? Tal questionamento surge quando temos um entrelaçamento catártico de

³ Em “Elementos de Política Internacional”, o professor Thales Castro aplica o gráfico de ciclo hegemônico à trajetória da União Soviética. Para mais detalhes, ver página 61 (CASTRO, 2007).

⁴ Para esse conceito, ver novamente Castro (op. cit.).

diversos fatores, tais como os já supracitados declínio norte-americano, fortalecimento do processo de globalização, e outros novos, como o aprofundamento das disparidades regionais, dos conflitos étnicos e o surgimento de nacionalismos xenófobos – este último claramente observado nas competições de futebol disputadas, principalmente, na Europa.

Dando seqüência à linha de pensamento distribuída ao longo do livro, Hobsbawm chega ao sexto capítulo partindo para a questão da democracia, ou melhor, foca-se a democracia liberal. Tomamos, nesse caso, democracia liberal como significado de um modelo padrão de funcionamento do Estado: eleições periódicas, garantia do cumprimento das leis, liberdades civis e políticas, etc. O autor faz questão de lembrar que, *stricto sensu*, não há uma conexão necessariamente lógica entre os vários fatores os quais, supostamente, compõem uma chamada “democracia liberal”. Isto é, Estados aparentemente democráticos, como observa-se atualmente na América Latina, podem ser alicerçados sob a égide de princípios também supostamente democráticos.

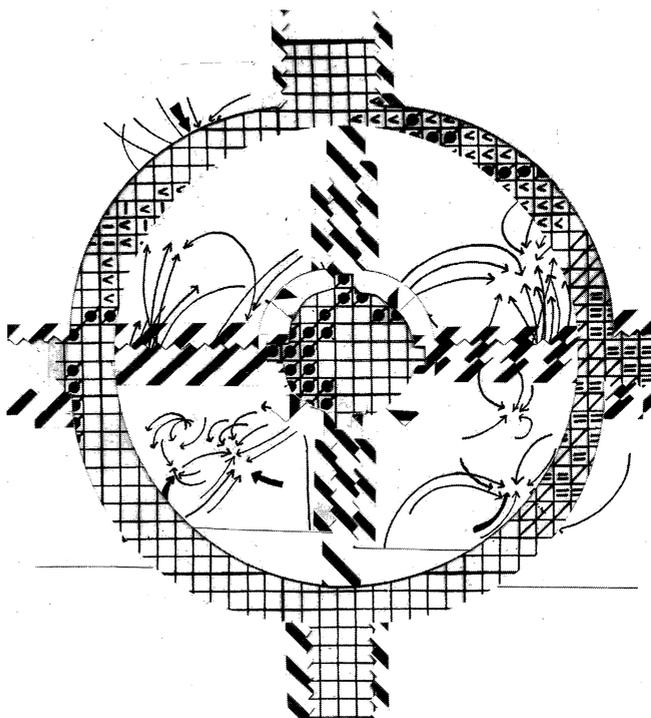
A teoria democrática sempre é tema de calorosos debates entre cientistas políticos e sociais. A concepção de democracia, tanto no senso comum como no ambiente acadêmico, encontra-se bem delineada entre dois pólos distintos. De um lado, está a tradição grega do “governo do povo”, definição proveniente do próprio significado etimológico da palavra (*demos*=povo e *kratos*=poder). Do outro, encontra-se a democracia ligada ao processo eleitoral enquanto forma de escolha de governantes. No entanto, embora haja uma gama imensa de autores, conceitos e interpretações, os estudos acerca do assunto tendem a carregar, em seu cerne, uma alta carga de concepções normativas.

Em “Globalização, Democracia e Terrorismo”, o autor levanta três observações que têm relevância imediata acerca do tema: (1) a democra-

cia liberal requer uma entidade política no interior da qual possa ser exercida; (2) um governo liberal-democrático nem sempre é superior, ou pelo menos preferível, ao governo democrático; e (3) todos mantêm um certo grau de ceticismo quando se referem à democracia. Quanto ao último item, diversos trabalhos já buscaram provar que a democracia, concebida de fato, talvez nem exista. Robert Dahl é um dos que se aproxima desses estudiosos, pois, para ele, a concepção do termo serve, em muitos casos, como um simples ideal.

“[...] gostaria de reservar o termo “democracia” para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. A esta altura, não devemos nos preocupar em saber se este sistema realmente existe, existiu ou pode existir. Pode-se, seguramente, conceber um sistema hipotético desse gênero; tal concepção serviu como um ideal, ou parte de um ideal, para muita gente. Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico.”
(DAHL, 1997, p. 25-26, grifo nosso)

Na esteira das análises acerca da democracia, Hobsbawm traz um argumento amplamente usado na literatura marxista. Para ele, o retorno à adesão de um *laissez-faire* ainda mais radical nos anos 70, com o fim dos *welfare states* keynesianos, levanta um problema aparentemente contraditório: o ideal da soberania do mercado, caracterizado pela defesa de um Estado cada vez mais ausente, não é um complemento à demo-



cracia liberal, mas uma alternativa a ela (vide a observação 1 do parágrafo anterior).

Nesse sentido, o livre mercado surge como uma negativa à necessidade de as decisões políticas serem tomadas em conjunto, atendendo a interesses comuns, haja vista a concentração das tomadas de decisão nos gabinetes da elite. Essa questão é abordada com primor pelo cientista político George Tsebelis, no clássico "Jogos Ocultos".

A interação entre as elites e as massas na tomada de decisões políticas é uma questão importante na teoria democrática. Questões cruciais dizem respeito à importância da participação das massas no processo de tomada de decisões e suas consequências. (...) Uma descrição completa dos processos democráticos de tomada de decisão deve levar em conta tanto os canais horizontais de influência entre as diferentes elites quanto os canais verticais entre as elites e as massas que elas representam. (TSEBELIS, 1998, p. 157)

Ainda tratando da democracia, outros atores surgem como elementos centrais para o estudo do tema. Entre eles, está a grande imprensa. A opinião pública, nos dias de hoje, constitui-se num poderoso e flagrante instrumento de *accountability*. Nessa parte do livro, Hobsbawm adquire um tom mais áspero e sombrio nas suas análises. Para ele, a sede dos governos em 'aparecer' o tempo inteiro, graças a sua equipe de relações públicas, gera uma séria de problemas não muito simples de solucionar. Por exemplo, cada vez mais as autoridades se vêm às voltas com a tomada de decisões a respeito de interesses, ao mesmo tempo, técnicos e políticos. Surge, a partir daí, o problema norte: como tomar decisões de alta complexidade técnica sem abrir mão da tão procurada popularidade? Emergem, desse quadro, dois assuntos: a necessidade latente de se estreitar as relações entre os

policy makers e as comunidades epistêmicas; e os constantes problemas de Arrow com os quais os governos se defrontam, o que dificulta um debate mais rico nos processos eleitorais⁵.

Em suma, o argumento central de Hobsbawm reside no fato de que os problemas do século XXI estão sendo resolvidos com um conjunto de mecanismos políticos que são inadequados para tal fim. São inadequados porque estão inscritos no interior das fronteiras dos Estados nacionais e, na atual fase da globalização econômica, cada dia, mais novos atores não estão confinados nessa geopolítica.

Ainda assim, surge um argumento nada esperado ao término da obra: a defesa daquele equilíbrio baseado no terror visto no período de Guerra Fria. Aqui, Hobsbawm deixa claro tal posicionamento:

"Houve um tempo em que o império americano reconhecia a existência de limitações, ou pelo menos a conveniência de comportar-se como se tivesse limitações. Isso se devia basicamente ao fato de que tinha medo e alguém mais — a União Soviética. Na ausência desse tipo de medo, é preciso que o interesse próprio esclarecido e a cultura tomem seu lugar." (HOBSBAWM, 2007, p. 163)

Em síntese, apesar dos prognósticos críticos, o historiador acredita que uma das tarefas mais imediatas e urgentes da política internacional contemporânea é, justamente, dar aos Estados Unidos a melhor chance de regressar da megalomania sem propósitos para uma política externa mais racional e adequada. De todo modo, Hobsbawm nos fornece um retrato bastante realista, talvez desalentador, mas certamente imprescindível para uma melhor compreensão do mundo nesse início do novo século. "Globalização, Democracia e Terrorismo" traz, de quebra, do alto dos 90 anos do autor, um testemunho vivo e lúcido a respeito do que passamos e do que nos aguarda mais à frente.

⁵ Sobre esses conceitos, ver os artigos de Peter Haas acerca das epistemic communities e os livros "Teoria do Jogos", de Ronaldo Fiani, e "Uma Teoria Econômica da Democracia", de Anthony Downs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Thales. (2007), *Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas*. Curitiba: Juruá.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. (1997), São Paulo: Edusp.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.
- FIANI, Ronaldo. (2006), *Teoria dos Jogos: com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HAAS, Peter. (1992), Epistemic Communities and International Policy Coordination. In: *International Organization*, Massachusetts, v. 46, n. 1, p. 1-35, winter.
- HOBBSBAWM, Eric. (2007), *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- SEITENFUS, Ricardo. (2004), *Relações Internacionais*. Barueri: Manole.
- TSEBELIS, George. (1998), *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: Edusp.